

# FMI queria juros do Brasil a 70% ao ano

*Ampliação da banda da taxa de juros determinada pelo BC foi considerada insuficiente pelo Fundo*

PAULO SOTERO  
Correspondente

WASHINGTON – Desde a semana passada, o voto do Brasil vale um pouco menos no Fundo Monetário Internacional (FMI). Embora tenha aumentado em valor de 2.170,8 para 3.036,1 em Direitos Especiais de Saque – a moeda do Fundo –, a cota do País caiu de 1,490% para 1,432% na 11.ª redistribuição das ações entre 183 países membros da instituição, efetivada na sexta-feira. Estados Unidos, França, Inglaterra, Arábia Saudita, China, Índia, México, Argentina, Venezuela e muitos outros países também cederam poder de voto para acomodar um aumento seletivo de cotas que beneficiou países como a Espanha. Os espanhóis tomaram o lugar do Brasil e ocupam agora o 16.º lugar entre os maiores acionistas do FMI.

O recuo brasileiro no capital votante do Fundo não tem maiores consequências, mas foi uma metáfora adequada para encerrar uma semana em que o País iniciou mais uma vez a árdua tarefa de reconstruir a credibilidade perdida com a súbita e mal executada mudança da política cambial. “Não diria que conseguimos convencer todo mundo”, disse um dos membros da delegação brasileira que participou das reuniões em Washington. “Havia antes uma disposição de acreditar na determinação do nosso compromisso de levar adiante o ajuste fiscal”, disse a fonte. “Agora, precisamos mostrar resultados, e rapidamente.”

Quando o ministro da Fazenda, Pedro Malan, chegou na sede do FMI para reuniões que incluíam membros do Tesouro e do Federal Reserve, o ban-



Malan ouviu recomendação do FMI que alguns economistas contestam

**DECISÃO DE  
ELEVAR TAXA FOI  
DISCUTIDA COM  
CAMDESSUS**

co central dos EUA, a preocupação imediata era a possibilidade de o governo concluir que a mudança do regime cambial lhe permitiria atender rapidamente às pressões domésticas por uma queda da taxa de juros. De funcionários do FMI e do governo dos EUA,

a equipe econômica ouviu a queixa de que já cometera a temeridade de reduzir a taxa de juros quando deveria tê-la aumentado. O mais recente erro, disseram eles, começou depois do anúncio do acordo com o FMI em dezembro, quando o governo leu errado a reação positiva do mercado e, antes de ter cumprido um único dos compromissos que assumira, começou a baixar os juros. Houve, depois, a rejeição da reforma da Previdência do setor público, no mesmo dia em que a diretoria do FMI e o adiamento da votação do aumento do CPMF. “Quando Itamar Franco anunciou a mora-

tória de Minas aos pagamentos ao governo federal, o terreno já estava minado”, disse um funcionário internacional familiarizado com as conversas.

A recomendação de ampliação da banda da taxa de juros que o ministro da Fazenda fez em Washington, na manhã da sexta-feira, foi discutida previamente com o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus.

Mas ela não satisfaz de todo o FMI. De acordo com fontes oficiais bem informadas, o Fundo aconselhou que o teto dos juros fosse posto nas nuvens – falou-se em 70% – para dar um sinal inequívoco aos agentes econômicos sobre a determinação do governo de conter ao mínimo a inflação que virá inevitavelmente com a desvalorização do real.

Os formuladores de política em Washington reconhecem plenamente a dificuldade que o governo terá na administração da política econômica no que esperam ser uma transição penosa. Agora, dizem eles, o mercado que ver não apenas as medidas fiscais passarem no Congresso e o governo federal manter-se firme na confrontação com os Estados que

querem renegociar suas dívidas com a União. “O governo terá de demonstrar clareza ao mercado na condução da política monetária, sob circunstâncias as mais adversas”, disse um deles.

Disso depende o retorno da confiança e da credibilidade. De imediato, no entanto, a manutenção da política de juros altos continuará a causar o mesmo estrago que produzia no regime cambial anterior, asfixiando a economia e aumentando o déficit fiscal, que, no curto prazo, será agravado também pelo efeito da desvalorização do real.

Na crise asiática, principalmente na Tailândia e na Coreia do Sul, essa foi a receita aplicada nos acordos de estabilização negociados pelo Fundo Monetário Internacional. Segundo o FMI, funcionou. Mas a questão está em debate. Em dezembro passado, o Banco Mundial publicou um estudo criticando frontalmente essa estratégia. De acordo com o economista Joseph Stiglitz, o FMI errou na dose e jogou as economias desses países numa recessão muito mais profunda do que seria necessária. A divulgação do trabalho, dias depois da aprovação do programa brasileiro, ganhou amplo espaço na imprensa norte-americana e européia e azedou de vez as relações entre as duas instituições. Sob pressão do Tesouro, a administração do Banco Mundial silenciou Stiglitz.

Na semana passada, o Fundo deu sua resposta. Num relatório de avaliação do desempenho de seus programas nos países asiáticos, a organização disse que não tinha motivos para pedir desculpas. Mas reconheceu que poderia ter calibrado melhor suas recomendações de política monetária e permitido à Tailândia e à Coreia do Sul começar a afrouxar antes do que o fizeram. Nos dois países, a taxa de juros estão hoje em níveis inferiores aos que estavam antes da crise financeira de 1997.

A lição, contudo, não serve para o caso brasileiro. “Uma diferença importante é que, ao contrário do Brasil, a Tailândia e a Coreia não tinham um problema fiscal grande quando a crise começou”, disse um dos interlocutores da equipe econômica.

## BREVES

### Venda do Bemge é contestada na Justiça

O ex-prefeito de Belo Horizonte, Jorge Carone Filho, entrou com ação popular no Tribunal de Justiça do Estado pedindo o cancelamento do processo de venda do Banco do Estado de Minas Gerais (Bemge). Na argumentação, ele contesta o fato de o Estado ter ficado sem um “instrumento de desenvolvimento de crédito” para financiar a agricultura, pecuária, fazer o recolhimento de impostos, lançamento de títulos públicos e demais operações. O Bemge foi comprado pelo Banco Itaú em setembro do ano passado por R\$ 583 milhões. (AE)

### Globopar deve vender Nec para sócio japonês

A Globopar, holding que controla os negócios das Organizações Globo, deverá concluir até o final de fevereiro a venda do controle que tem sobre a Nec do Brasil, para a Nec do Japão, por um valor ainda a ser determinado nas tratativas entre as empresas. O negócio foi confirmado pelo diretor da Globopar, Mauro Molchansky, que, entretanto, ainda não sabe quando ele será encerrado. A Globopar possui o controle da Nec desde a década de 80, com 51% de ações ordinárias e uma parte de preferenciais. (AE)

### Cresce número de compras e fusões

O Brasil já está experimentando um novo período de aquisições, fusões, incorporações ou joint ventures, com forte participação estrangeira, anunciou o diretor-gerente da Control Risks do Brasil, James Wygand, ao explicar que sua empresa, em razão dessa movimentação do mercado, deverá quadruplicar o faturamento no País neste ano. Wygand salientou que “há contratos em andamento em que a Control Risks está examinando a situação de companhias nacionais que negociam seus controles”. (AE)

### Para consultor, GM estimula aumentos

A decisão da General Motors de aumentar em até 11,37% o preço dos seus modelos é um estímulo para que outras empresas façam o mesmo. A avaliação é das empresas de consultoria Price Waterhouse e KPMG. Em conversas com clientes, constataram que a maior expectativa, neste momento, é de ter uma estabilização da cotação do real ante o dólar, que permita definir preços. “Quando a GM, com a força que tem, anuncia aumento, estimula seus fornecedores a fazer a mesma coisa”, disse Diogo Ruiz, sócio-diretor da KPMG. (AE)